



**Abrantaqua – Serviço de Águas Residuais
Urbanas do Município de Abrantes, S.A.**

Relatório e Contas 2016

**ÍNDICE**

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	16
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	21
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	40



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Abrantaqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A, submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



H
v
H
H



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A Abrantaqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão do Sistema de Recolha e Tratamento de Efluentes do Município de Abrantes, por contrato celebrado a 1 de agosto de 2007, com o Município de Abrantes, e por um período de 25 anos.

A Concessão tem por objeto, segundo o estabelecido em contrato, a exploração e gestão da recolha e tratamento de efluentes do Município de Abrantes, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimento do sistema concessionado.



EVENTOS RELEVANTES

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

ATIVIDADE DE CONCESSÃO DESENVOLVIDA

Águas residuais tratadas

A Abrantaqua ao longo do ano de 2016 recolheu e tratou um total de 2.458.354 m³ de águas residuais. Comparativamente com o valor registado em 2015, verificou-se um aumento de cerca de 8% do volume de caudal tratado. Neste âmbito, importa referir que os valores de precipitação em 2016 foram superiores quando comparados com os valores registados em 2015, tendo-se registado, em termos médios, um aumento de 32%.

Extensão rede de drenagem

A rede de drenagem consignada, conforme cadastro, apresenta uma extensão total de 264,99 km, não tendo ocorrido em 2016 extensão da mesma, conforme plano de investimento resultante da revisão do contrato de concessão, a qual entrou em vigor em maio de 2013, pelo que se mantém o valor apresentado em 2015.

Limpeza de fossas sépticas

No âmbito do serviço de recolha de águas residuais das fossas sépticas das habitações não servidas com sistema de saneamento, no presente ano efetuou-se um total de 1.217 limpezas, mais 39, quando comparado com 2015. O aumento do número de limpezas de fossas sépticas está relacionado com pedidos relativos à desativação definitiva de fossas por se encontrar disponível a ligação ao sistema de saneamento.

Em dezembro de 2016 informou-se a entidade concedente da disponibilidade de ligação ao sistema de saneamento por parte dos utentes no local de Bicas, uma vez que a instalação se encontrava em funcionamento, facto que promoveu o pedido de limpeza final para desativação das fossas. A Abrantaqua espera que durante o ano de 2017 o número de últimas limpezas aumente.



Atividades complementares na rede de drenagem

Relativamente à atividade na rede de drenagem, foram registadas 381 intervenções, relativas a desobstruções na rede de águas residuais/pluviais, reparações de caixas de visita, reparações de coletores, reposições de pavimento e substituições de acessórios da rede. O valor registado é inferior ao verificado em 2015, em se registaram 437 intervenções, sendo praticamente idêntico ao valor de 2014, em que se realizaram 361 intervenções.

Atividades complementares na exploração de instalações

No âmbito das atividades de operação e manutenção das estações elevatórias e do tratamento de águas residuais, salienta-se a realização das atividades de operação, manutenção e registo de dados das instalações, necessárias à garantia do correto desempenho das mesmas. Neste sentido, efetuou-se a abertura de 211 ordens de trabalho relativas a ações de manutenção em equipamentos e órgãos, sendo uma classificada como ação de beneficiação de uma das estações de tratamento de águas residuais.

Plano de controlo analítico

No que se refere ao plano de controlo analítico realizado para cumprimento do programa de autocontrolo previsto considerando o disposto nas licenças de utilização de recursos hídricos, efetuaram-se 3.166 análises. Neste sentido, verificou-se uma percentagem de cumprimento das condições de descarga em meio hídrico de 96,4%.

Complementarmente, a Abrantaqua efetuou controlo analítico ao afluente nas várias instalações bem como o controlo do efluente nos diferentes órgãos, tendo ainda analisado a qualidade das lamas produzidas.



A Abrantaqua realizou ações de fiscalização dos utilizadores do sistema de drenagem.

Sistemas em funcionamento

Em 2013 entrou em funcionamento a nova ETAR de Fontes, ETAR e EE final de Alvega, e as três EE do sistema de Mouriscas. Foi consolidado o arranque e normal funcionamento das ETAR de Barrada, de São Facundo, de Vale das Mós, de Mouriscas e de Carril.

Em 2014 teve início o funcionamento da EE de Areias, da EE Fojo, da EE Tubaral e da EE Ribeira do Fernando.

Em 2015 iniciou-se a exploração da EE da Carreira do Mato e das três EE de Aldeia do Mato.

Em 2016 teve início a exploração da nova ETAR dos Carochos.

INVESTIMENTO

A Abrantaqua, no âmbito das suas obrigações, tem por objeto contratual a execução de infraestruturas de modo a concretizar o objetivo proposto de abranger 93% da população servida com rede de drenagem e sistemas de tratamento de águas residuais até 6 anos após a data do início da Concessão, e manter o mínimo de 90% da população servida com rede de drenagem e sistemas de tratamento de águas residuais a partir daquele prazo.



Para cumprimento da referida obrigação foi definido e contratualizado o Plano de Investimentos a realizar, que se iniciou no ano de 2008 e ainda se encontra a decorrer.

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge, com a última alteração, cerca de 9,85 milhões de euros, a preços correntes.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município de Abrantes, podemos salientar que se encontram total ou parcialmente terminadas, as seguintes rubricas do Plano de Investimentos;

Sistema de Saneamento em Bicas

O sistema de saneamento de Bicas é composto por rede coletora, estação elevatória final e sistema de tratamento.

A implementação da rede de saneamento teve início em junho de 2013, e visou a construção de 2.806,90 mL de coletor. Após o início dos trabalhos foi acordado com a concedente ampliar a rede de drenagem em mais 1.369,20 m, tendo-se concluído os trabalhos durante o ano de 2014.

Devido à tardia disponibilização do terreno de localização da ETAR, os trabalhos de construção civil só tiveram início já no final de 2015. A instalação encontra-se concluída, tendo a Abrantaqua informado os Serviços Municipalizados de Abrantes da possibilidade de ligação dos utilizadores de Bicas à rede coletora de águas residuais.



Sistema de Saneamento de Coalhos, Fojo Cabrito

O sistema de saneamento de Coalhos, Fojo e Cabrito é composto por duas bacias de rede coletora gravítica, ligadas entre si com recurso a uma estação elevatória. Este sistema liga à rede de drenagem de Rossio ao Sul do Tejo, já existente.

A implementação da rede de saneamento teve início em junho de 2013. Ao longo do ano de 2013 foram implementados os 5.355,30 m de coletor inicialmente projetados e mais 486,90 mL acordados com a concedente, bem como os 542,50 m de conduta elevatória e respetiva estação elevatória. Os trabalhos foram concluídos durante o ano de 2014.

Sistema de Saneamento em Alvega

O sistema de saneamento de Alvega abrange as localidades de Ventoso, Monte Galego, Portelas, Tubaral, Ribeira do Fernando e de Alvega, esta última a sede de freguesia.

O saneamento destas localidades foi implementado maioritariamente no ano de 2011, com exceção da localidade do Tubaral, o qual foi realizado sobretudo no ano de 2012.

Sistema de Saneamento de Areias

O sistema de drenagem de Areias drenará para a ETAR de Casa Branca, em funcionamento desde 2005, e que atualmente apenas serve esta localidade, encontrando-se por esta razão sobredimensionada, tendo capacidade para um equivalente populacional de cerca de 400 habitantes.



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a blue signature and a black signature.

A empreitada de implementação do coletor desta localidade iniciou-se em março de 2011 e terminou no final de agosto de 2012, excetuando-se a execução da estação elevatória que foi implementada no segundo semestre de 2013 e de um troço de coletor de 250 metros na EN118 e de três travessias na mesma, para ligação gravítica da maioria da bacia até ao sistema de Casa Branca, que foi efetuado em 2014.

Sistema de Saneamento de Mouriscas

A ETAR começou a receber águas residuais em 2012, aquando da ligação de energia elétrica.

Sistema de Saneamento de Fontes

A empreitada de implementação da rede de drenagem do sistema de Fontes teve início em março de 2011 e terminou em meados de agosto de 2013 com a implementação da estação elevatória que permite a ligação de dois arruamentos ao coletor afluente à ETAR.

A ETAR do lugar de Fontes entrou em funcionamento no primeiro trimestre de 2013, imediatamente após estarem reunidas as condições que permitiram a celebração do contrato de fornecimento de energia.

Sistema de Saneamento de Carril

A totalidade da localidade de Carril drena graviticamente para a ETAR situada a noroeste do lugar. A instalação foi inaugurada no início de junho de 2012 e desde essa data passou a receber águas residuais. Tem-se verificado um baixo caudal afluente.

A execução da empreitada da rede de drenagem decorreu entre o início de janeiro de 2011 e o final de maio de 2011. A execução da ETAR decorreu durante o primeiro trimestre de 2012.

Sistema de Saneamento de Barrada

A execução da empreitada da rede de drenagem decorreu entre finais de janeiro de 2011 e agosto de 2011, tendo-se iniciado a execução da ETAR em novembro de 2011 e finalizado em março de 2012.

Sistema de Saneamento de São Facundo

Com início em setembro 2011 e término em fevereiro de 2012, o saneamento de São Facundo foi complementado com novos trabalhos de extensão da rede às restantes ruas não servidas na primeira empreitada, que havia decorrido entre outubro de 2008 e julho de 2009, sendo que este projeto de extensão implicou a construção de 3 pequenas estações elevatórias para elevar as águas residuais das respetivas bacias.

Sistema de Saneamento de Vale das Mós

A rede de drenagem da localidade de Vale das Mós foi construída entre outubro de 2008 e junho de 2009.

Sistema de Saneamento de Carreira do Mato

A rede de saneamento implementada prevê o envio das águas residuais para a ETAR de Martinchel, conforme acordado entre concessionária e concedente no âmbito da revisão do contrato de concessão.

A rede de drenagem construída na localidade de Carreira do Mato drena graviticamente a quase totalidade das habitações, convergindo a mesma para um emissário em direção à Aldeia do Mato.

Sistema de Saneamento de Aldeia do Mato

Integrando os efluentes de Carreira do Mato, a rede de saneamento implementada prevê o envio das águas residuais para a ETAR de Martinchel, conforme acordado entre concessionária e concedente no âmbito da revisão do contrato de concessão.

A rede de drenagem implementada na localidade de Aldeia de Mato drena graviticamente as águas residuais para uma estação elevatória instalada na rua do Vale da Vinha, com exceção das habitações situadas a jusante do entroncamento desta rua com a rua do Cruzeiro, as quais a partir daqui são servidas por uma estação elevatória situada junto ao miradouro, a estação elevatória n.º 1 de Aldeia do Mato, que eleva os restantes efluentes para a principal bacia.

Transporte do efluente de Carreira do Mato e Aldeia do Mato até à ETAR de Martinchel

O sistema para envio dos efluentes de Carreira do Mato e de Aldeia do Mato para a ETAR de Martinchel é constituído por três estações elevatórias que integram um comprimento de 3.670 metros de conduta e cerca de 1.470 m de emissário.

As estações elevatórias foram terminadas em 2014 e encontram-se em funcionamento.



Saneamento Barca do Pego

A elaboração do Projeto da rede de drenagem de águas residuais ao longo da EN3 no lugar de Barca do Pego tem de corresponder às exigências das Estradas de Portugal e apresentar uma solução para a inexistência de saneamento doméstico na via principal e integrar tres troços de coletores existentes naquele local.

Uma vez que a implantação de um dos troços, foi executado com pendente contrária à ligação do coletor principal, será necessária a construção de uma pequena estação elevatória a instalar na Rua da Barca, sem saída e perpendicular à EN3.

A empreitada encontra-se terminada. No entanto, as estações elevatórias ainda não entraram em funcionamento, uma vez que os ramais elétricos ainda não se encontram concluídos/realizados por parte da EDP distribuição. Aguardamos a disponibilização da energia elétrica para se proceder aos ensaios dos equipamentos e respetiva ligação ao sistema.

Tratamentos Terciários

O desenvolvimento e arranque dos tratamentos terciários executados pela concessionária decorreram entre 2008 e 2010, encontrando-se as instalações desde esse período em normal funcionamento.

Remodelações

No que se refere à rubrica remodelações do contrato de concessão, conforme previsto no Anexo Técnico, também no presente ano não se desenvolveram empreitadas tendo as mesmas decorrido entre o ano de 2008 e 2010, desenvolvendo-se a operação das instalações intervencionadas com normalidade.



H
W
M
H

Benfeitorias

A Abrantaqua efetua, quando aplicável, benfeitorias na rede de saneamento, onde se distinguem a resposta à ocorrência de abatimentos de coletores/ramais, beneficiação de caixas de visita entre outras intervenções.

Durante o ano 2016 a Abrantaqua realizou mais de 70 intervenções consideradas como benfeitorias na rede de saneamento.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2016 foi de 97.085,75 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final do ano de 2016 o montante acumulado de 9.394.648,77 euros, o qual, face ao valor definido como obrigatório após a ultima revisão (9.851.014,64 euros), apresenta uma percentagem de realização de mais de 95%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Abrantaqua no final de dezembro de 2016 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

Implementação do tratamento terciário nas ETARs existentes	ETAR da Fonte Quente	342 773,38
	ETAR do Pego	95 976,55
	ETAR da Margem Sul	82 265,61
	Sub-total	521.015,54
Remodelações em infra-estruturas existentes	Remodelação da Estação Elevatória da Margem Sul	56 534,43
	Remodelação da Estação Elevatória 1 do Tramagal	106 945,52
	Remodelação da ETAR dos Carochos	1 306 343,40
	Remodelação da ETAR 1 do Souto	7 986,95
Sistemas novos	Remodelação da ETAR 2 do Souto	931,81
	Sub-total	1.478.742,11
	Saneamento em Alvega	843 818,12
	Saneamento em Mouriscas	2 216 569,33
	Saneamento em Aldeia do Mato	388 580,40
	Saneamento em S. Facundo	259 855,84
	Saneamento em Fontes	330 680,31
	Saneamento em Vale das Mós e Pessegueiro	802 538,55
	Saneamento em Areias	143 186,76
	Saneamento em Monte Galego	188 209,54
	Saneamento em Ventoso	73 415,07
	Saneamento em Ribeira Fernando	146 620,15
	Saneamento em Carreira do Mato	273 550,50
	Saneamento em Portelas	63 674,32
	Saneamento em Carril	112 664,95
	Saneamento em Barrada	240 050,14
	Sub-total	6.092.221,98



	Sistema de A brantes	18 029,21
	Sistema de Bemposta	7 301,41
	Sistema de Carvalho	16 353,29
	Sistema de Martinchel	5 053,08
	Sistema de A braçalha de Baixo	6 035,47
	Sistema de A braçalha de Cima	6 952,64
	Sistema de Paúl	4 038,74
	Sistema de Arreciadas	5 915,67
	Sistema de Concavada	2 042,00
	Sistema de Crucifixo	2 595,76
	Sistema de Casais Revelhos	7 787,28
Benfeitorias	Sistema de Sentieiras	2 595,76
	Sistema do Souto	11 144,46
	Sistema de Margem Sul	79 842,90
	Sistema de Tramagal	13 653,70
	Sistema do Pego	115 525,94
	Sistema de S. Miguel do Rio Torto	13 042,69
	Sistema de Rio de Moinhos	14 602,81
	Sistema de Casa Branca	917,17
	Saneamento em Bicas	372 977,36
	Saneamentos em Coalhos, Fojos, Cabrito e Tubaral	462 131,80
	Barca do Pego	134 130,00
	Sub-total	1.302.669,14
	Total	9.394.648,77

SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerado um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.

A Abrantaqua implementou no ano de 2016 os procedimentos com vista à obtenção da certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a Norma OHSAS 18001.



SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E AMBIENTE

A Abrantaqua desenvolveu no decorrer do ano 2015, o processo para obtenção da certificação de acordo com as Normas ISO 9001 e 14001, tendo obtido a Certificação em dezembro 2015.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

O objetivo estratégico da Abrantaqua está alicerçado na continuação da melhoria constante da qualidade dos serviços prestados à população, na vertente do saneamento de águas residuais, mantendo-se a renovação e remodelação da rede e equipamentos como a primeira prioridade dos investimentos a efetuar.





H
in
An
d

A Abrantaqua tem como missão a exploração e gestão do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Abrantes, e execução do Plano de Investimentos, com vista à ampliação da rede de saneamento, reabilitação das infraestruturas e melhoria dos serviços prestados aos municípios, bem como a melhoria da qualidade de vida e ambiental, e defesa da saúde da população de Abrantes, através da eliminação de focos de insalubridade pública segundo os padrões nacionais e europeus.

RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da Abrantaqua é definida em relação direta com a estratégia de ambos os grupos acionistas, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade e ambiente a que nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Abrantaqua procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2016 de 14 pessoas, o mesmo número que em 2015.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Abrantaqua espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração a médio prazo, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que visa a promoção do equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Abrantaqua no ano de 2016, devendo ser lida conjuntamente com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.

De salientar, que a empresa aplicou as normas IFRS para o exercício de 2015 e procedeu ao ajuste das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de janeiro de 2009), de acordo com a versão das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro em vigor à data de 31 de dezembro de 2014.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 2.123 milhões de euros (2.026 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 97 mil euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se uma ligeira diminuição na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, cerca de -0,31% (de 2.032.621,45 euros em 2015 para 2.026.267,47 euros em 2016), e na rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11 regista-se também uma diminuição significativa, tendo a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise sido de cerca de 5% (passando de 1.249.968,13 euros em 2015 para 97.085,75 euros em 2016).





H
W
d
m
fl

Gastos

O total dos gastos da Abrantaqua foi em 2016 de 1.761.349,17 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.021.316,36 euros, representa um decréscimo de cerca 42%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou um valor de 807.358,17 euros, representando cerca de 46% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 902.776,08 euros, representando então cerca de 30% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externos foi de -58%.

Para o total dos gastos, a rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2016, contribuiu em 0,6% dos gastos totais, o equivalente a 97.085,75 euros para o período em análise.

Na rubrica de gastos com o pessoal registaram-se 202.545,70 euros, representando cerca de 11,5% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 240.314,40 euros, representando então cerca de 8% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal apresenta uma diminuição de 16%.

A Abrantaqua registou em 2016, imparidade por dívidas a receber no montante de 3.869,43 euros, um valor superior ao registado em 2015 de 2.349,19 euros.

A rubrica de outros gastos registou em 2016 o valor de 56.208,85 euros (3,19% do total dos gastos do período), tendo registado em 2015 o montante de 39.161,32 euros (1,30% do total dos gastos do período). A variação entre exercícios da rubrica outros gastos e perdas apresenta um acréscimo de 44%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Abrantaqua, registou no ano de 2016 cerca de 209.691,00 euros (equivalente a 11,91% do total dos gastos do exercício), que em comparação com o ano anterior representa um decréscimo de 4%, quando a mesma rubrica registava 217.782,07 euros (equivalente a 7,21% do total dos gastos do exercício).

Rendimentos

O total dos rendimentos da Abrantaqua foi em 2016 de 2.124.765,58 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.283.753,47 euros, representa um decréscimo de cerca 35%.

A rubrica de serviços prestados de saneamento registou em 2016 cerca de 2.026.267,47 euros, que comparado com o exercício anterior revela um decréscimo de 0,31% face ao valor de 2.032.621,45 euros de 2015.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2016 com 97.085,75 euros para o total dos proveitos, comparativamente com o valor de 1.249.698,13 euros para o período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, registou em 2016 o valor de 1.412,36 euros.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício é positivo em 278.478,39 euros.



Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and some illegible scribbles.

Evolução dos Capitais Próprios

Apesar do ambiente macroeconómico, a Abrantaqua encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável.

Os Capitais Próprios da Abrantaqua tiveram uma evolução favorável em 2016, que se deveu ao resultado positivo do exercício.

Embora muito dependentes da atual conjuntura económica nacional, os resultados acima mencionados foram conseguidos, uma vez mais, através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

No atual contexto macroeconómico, as perspetivas elaboradas para 2017 e anos seguintes, embora difíceis de alcançar, mantêm-se válidas.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado no período em análise, foi de 915.052,54 euros, o qual comparativamente com o período anterior, representa um aumento de 11%.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um acréscimo de quase 20%.

	Ano 2016	Ano 2015
Rentabilidade do ativo total	3,27%	2,31%
Rentabilidade dos capitais próprios	26,65%	26,54%
Rentabilidade das vendas	13,12%	6,20%
EBITDA	915.052,54 €	825.090,51 €
EBIT	573.107,41 €	480.219,18 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do balanço, em especial dos dois últimos anos, reflete um incremento na rubrica: capital próprio.

Em valores absolutos, os registos mostram que o ativo diminuiu de 8.802.545,99 euros em 2015 para 8.518.675,09 euros em 2016. Esta redução deveu-se principalmente à amortização do Plano de Investimentos.

Em termos desagregados, os capitais próprios sofreram um aumento de 36%, ou seja, de 766.339,63 euros em 2015 para 1.044.818,02 euros em 2016, tendo-se assistido à subida da sua participação na estrutura de capitais (12%) e a um decréscimo do valor do passivo, de 8.036.206,36 euros em 2015 para 7.473.857,07 euros em 2016.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2016, em termos percentuais, um aumento de quase todos os indicadores.



	Ano 2016	Ano 2015
Capitais próprios	1 044 818,02 €	766 339,63 €
Passivo total	7.473.857,07 €	8.036 206,36 €
Passivo corrente	5 037.191,20 €	6 482 754,74 €
A tivo total	8.518 675,09 €	8 802 545,99 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/A tivo total)	12,27%	8,71%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	13,98%	9,54%
Endividamento (Passivo total/A tivo total)	87,73%	91,29%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	67,40%	80,67%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Abrantaqua dará seguimento ao seu mandato para o triénio 2016-2018.

A Administração da Abrantaqua está determinada em prosseguir a implementação de reformas que contribuam para uma redução de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência dos grupos empresariais em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, a Abrantaqua encara o futuro com otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, positivo em 278.478,39 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal: 13.923,92 euros

Para Outras Reservas: 264.554,47 euros



AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Abrantaqua aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Abrantes, a 31 de março de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos António Cordeiro da Conceição

Presidente

Luis Francisco de Lope Alonso

Vogal

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Guillermo Moya García-Renedo

Vogal

Júlio de Jesus Bento

Vogal



Handwritten signature in blue ink.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



ABRANTAQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em euros

	NOTAS	2016	2015
ATIVO			
A ativo não corrente			
A ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	13.261,99	18.054,33
A ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	7.108.304,72	7.445.457,51
A ativos por impostos diferidos	3.4 ; 7	366.402,47	365.219,60
sub total		7.487.969,18	7.828.731,44
A ativo corrente			
Clientes	3.6 ; 9	229.806,34	557.159,74
Estado e outros entes públicos	3.6 ; 8	139.804,14	142.700,57
Outros créditos a receber	3.6 ; 9	229.045,30	202.591,03
Diferimentos	10	6.670,90	0,00
Caixa e depósitos bancários	3.6 ; 4	425.379,23	71.363,21
sub total		1.030.705,91	973.814,55
Total do ativo		8.518.675,09	8.802.545,99
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	3.5 ; 14	500.000,00	500.000,00
Reservas legais	3.5 ; 14	23.364,50	13.193,31
Outras reservas	3.5 ; 14	320.185,90	126.933,38
Resultados transitados	3.5 ; 14	(77.015,25)	(77.015,25)
Outras variações no capital próprio	3.5 ; 14	(195,52)	(195,52)
Resultado líquido do período	3.5 ; 14	278.478,39	203.423,71
Total do capital próprio		1.044.818,02	766.339,63
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.11 ; 6	461.665,87	553.451,62
Financiamentos obtidos	3.6 ; 11 ; 12	1.975.000,00	1.000.000,00
sub total		2.436.665,87	1.553.451,62
Passivo corrente			
Fornecedores	3.6 ; 13	939.486,20	905.467,50
Estado e outros entes públicos	3.6 ; 8	38.015,36	67.078,12
Financiamentos obtidos	3.6 ; 12	1.850.000,00	2.075.000,00
Outras dívidas a pagar	3.6 ; 13	2.209.689,64	3.435.209,12
sub total		5.037.191,20	6.482.754,74
Total do passivo		7.473.857,07	8.036.206,36
Total do capital próprio e do passivo		8.518.675,09	8.802.545,99

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



ABRANTAQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em euros


RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	3 7 : 15	2.123.353,22	3 282 319,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	0,00	(24 363,84)
Fornecimentos e serviços externos	17	(939 999,32)	(2 152 474,21)
Gastos com o pessoal	18	(202 545,70)	(240 314,40)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(3 869,43)	(2.349,19)
Provisões (aumentos/reduções)	6	(5.300,00)	0,00
Outros rendimentos	19	1 412,36	1 433,89
Outros gastos	20	(57.998,59)	(39 161,32)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		915.052,54	825.090,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 9 : 21	(341 945,13)	(344 871,33)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		573.107,41	480.219,18
Juros e gastos similares suportados	22	(209.691,00)	(217.782,07)
Resultado antes de impostos		363.416,41	262.437,11
Imposto sobre o rendimento do período	23	(84.938,02)	(59 013,40)
Resultado líquido do período		278.478,39	203.423,71

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





ABRANTAQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em euros

RUBRICAS	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2 319 819,11	2 056 317,16
Pagamentos a fornecedores	(515.057,73)	(445 207,49)
Pagamentos ao pessoal	(207.641,55)	(245 447,80)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(111.000,08)	(116 598,96)
Outros recebimentos/pagamentos	(115.088,04)	(156 237,52)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	1.371.031,71	1.092.825,39
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos intangíveis	(1.584.530,38)	(229 041,42)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(1.584.530,38)	(229.041,42)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	450 000,00	0,00
Outras operações de financiamento	1.300.000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(1.000.000,00)	(925 000,00)
Juros e gastos similares	(182.486,31)	(237 782,07)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	567.514,69	(1.162.782,07)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	354.016,02	(298.998,10)
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	71.363,21	370.361,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período	425.379,23	71.363,21

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



ABRANTAQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	500.000,00	13.193,31	126.737,86	(77.015,25)	203.423,71	766.339,63
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados		10.171,19	193.252,52		(203.423,71)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		10.171,19	193.252,52		(203.423,71)	
Resultado líquido do período					278.478,39	278.478,39
Posição no fim do período	500.000,00	23.364,50	319.990,38	(77.015,25)	278.478,39	1.044.818,02

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

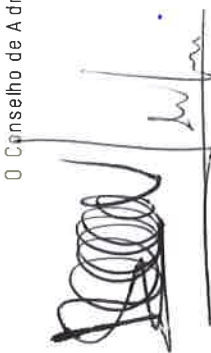
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	500.000,00	10.000,00	66.064,96	(77.015,25)	63.866,21	562.915,92
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados		3.193,31	60.672,90		(63.866,21)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		3.193,31	60.672,90		(63.866,21)	
Resultado líquido do período					203.423,71	203.423,71
Posição no fim do período	500.000,00	13.193,31	126.737,86	(77.015,25)	203.423,71	766.339,63

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


abrantaqua p.20




n

m



3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Abrantaqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Urbanização dos Plátanos, Lote 2D, Loja B, Alferrarede, em Abrantes, constituída em 26 de julho de 2007, tendo como atividade principal a exploração e gestão da recolha e tratamento de efluentes do Município de Abrantes, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimento do sistema concessionado.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Abrantaqua foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como as adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto no contrato de concessão de serviço público celebrado com o um Município e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.



Handwritten notes in blue ink, including the letters 'f', 'n', '2', 'm', and a signature.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter a propriedade das infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores das referidas infraestruturas, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 9.851 milhares de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no ativo à medida que vai sendo realizado e, de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento), durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração, uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e a construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço (construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão), a Abrantaqua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, os quais se materializam num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público e os réditos e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar, que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'H' and 'M'.

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 a 12 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os respetivos ganhos ou perdas, face ao valor líquido dos bens e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

No presente contrato de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível.

O ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas na percentagem proporcional ao total de investimento contratualizado com o Município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, sendo determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas, tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and 'H'.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de ativos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

3.5. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Outras variações no capital próprio

Esta rubrica regista também os efeitos da mudança de referencial contabilístico, tal como definido na NCRF 3.

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

3.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

Clientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, por forma a refletirem o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objetiva da incobrabilidade da dívida.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'H', 'M', and 'JL'.

Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber incluem devedores por acréscimos de rendimentos, dívidas do pessoal e outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Diferimentos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorram, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Outras dívidas a pagar

As outras dívidas a pagar incluem credores por acréscimos de rendimentos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

3.7. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção, em função do período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.



3.8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas se se mantiver a possibilidade de afetar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam ativos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência dependa de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.9. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão e são registados em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e do balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.11. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'n', 'H', 'y', 'm', and 'fl'.

3.12. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era:

	Ano 2016	Ano 2015
Caixa	1.371,79 €	344,47 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	61.614,40 €	18.843,25 €
Novo Banco	362.393,04 €	52.175,49 €
Total	425.379,23 €	71.363,21 €

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'H' and a signature that appears to be 'M. H.'.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2016
A tivos fixos tangíveis					
Equipamento básico	68.175,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	68.175,14 €
Equipamento administrativo	33.058,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33.058,36 €
Total	101.233,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	101.233,50 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2016
A tivos fixos tangíveis					
Equipamento básico	58.047,39 €	4.586,52 €	0,00 €	0,00 €	62.633,91 €
Equipamento administrativo	25.131,78 €	205,82 €	0,00 €	0,00 €	25.337,60 €
Total	83.179,17 €	4.792,34 €	0,00 €	0,00 €	87.971,51 €
Saldo líquido	18.054,33 €				13.261,99 €

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2015
A tivos fixos tangíveis					
Equipamento básico	81.250,49 €	0,00 €	0,00 €	-13.075,35 €	68.175,14 €
Equipamento administrativo	35.748,52 €	0,00 €	0,00 €	-2.690,16 €	33.058,36 €
Total	116.999,01 €	0,00 €	0,00 €	-15.765,51 €	101.233,50 €

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2015
A tivos fixos tangíveis					
Equipamento básico	58.772,03 €	5.396,71 €	0,00 €	-6.121,35 €	58.047,39 €
Equipamento administrativo	32.454,11 €	2.321,83 €	0,00 €	-9.644,16 €	25.131,78 €
Total	91.226,14 €	7.718,54 €	0,00 €	-15.765,51 €	83.179,17 €
Saldo líquido	25.772,87 €				18.054,33 €



Handwritten notes and signatures in blue ink.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2016
A tivos intangíveis em Firme	9.866.780,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9.866.780,15 €
Total	9.866.780,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9.866.780,15 €

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2016
A tivos intangíveis em Firme	2.421.322,64 €	337.152,79 €			2.758.475,43 €
Total	2.421.322,64 €	337.152,79 €	0,00 €	0,00 €	2.758.475,43 €
Saldo líquido	7.445.457,51 €				7.108.304,72 €

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2015
A tivos intangíveis em Firme	9.851.014,64 €			15.765,51 €	9.866.780,15 €
Total	9.851.014,64 €	0,00 €	0,00 €	15.765,51 €	9.866.780,15 €

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2015
A tivos intangíveis em Firme	2.068.404,34 €	337.152,79 €		15.765,51 €	2.421.322,64 €
Total	2.068.404,34 €	337.152,79 €	0,00 €	15.765,51 €	2.421.322,64 €
Saldo líquido	7.782.610,30 €				7.445.457,51 €

Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, se encontra por realizar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor das provisões foi o seguinte:

	Ano 2016	Ano 2015
Saldo inicial	553.451,62 €	1.803.149,75 €
Aumentos	5.300,00 €	0,00 €
Diminuições	(97.085,75) €	(1.249.698,13) €
Total	461.665,87 €	553.451,62 €

O aumento do exercício refere-se a uma provisão criada relativamente a um empréstimo efetuado a um empregado da empresa.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'V' at the top, and 'Bm' and 'H' below.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2016		Ano 2015	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	365.219,60 €	0,00 €	362.664,94 €	0,00 €
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	1.182,87 €	0,00 €	2.554,66 €	0,00 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	1.182,87 €	0,00 €	2.554,66 €	0,00 €
Saldo final	366.402,47 €	0,00 €	365.219,60 €	0,00 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
A tivo		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	7.045,80 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	139.804,14 €	135.654,77 €
Total	139.804,14 €	142.700,57 €
	Ano 2016	Ano 2015
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	31.619,85 €	61.568,06 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	2.620,30 €	1.598,50 €
Contribuições para a segurança social	3.775,21 €	3.911,56 €
Total	38.015,36 €	67.078,12 €

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica de clientes reflete, quase na sua totalidade, o valor a pagar pelo cliente Serviços Municipalizados de Abrantes (228.879,02 euros) à data de 31 de dezembro de 2016, sendo este último relativo a aproximadamente dois meses de faturação.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Clientes		
Clientes C/C	233.912,21 €	226.106,11 €
Partes relacionadas (Nota 11 - HIDC)	0,00 €	331.290,07 €
Perdas por imparidade acumuladas	(4.105,87) €	(236,44) €
Total	229.806,34 €	557.159,74 €



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'V' and several initials.

Perdas por imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Saldo inicial	(236,44) €	(6 327,38) €
Reforço	(11.463,84) €	(2 349,19) €
Reversão	7 594,41 €	8 440,13 €
Utilização	0,00 €	0,00 €
Saldo final	(4.105,87)	(236,44)
Variação Ano	(3.869,43)	(2.349,19)

Outros Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de outros créditos a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Outros créditos a receber		
Pessoal	4.880,39 €	0,00 €
A diantamentos a fornecedores	45.697,71 €	27 932,31 €
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	151.467,20 €	147.658,72 €
Devedores e credores diversos	27.000,00 €	27 000,00 €
Total	229.045,30 €	202.591,03 €

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real do consumo efectuados.

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Diferimentos apresentava o seguinte detalhe

	Ano 2016	Ano 2015
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	6.670,90 €	0,00 €
Total	6.670,90 €	0,00 €

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 60,00% da empresa FCC Aqualia, S.A., e Lena, S.G.P.S., através da participação de 40,00% da empresa Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respetivos grupos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:



Handwritten signature and initials in blue ink.

SALDOS	Ano 2016			Clientes (Nota 9)	Ano 2015		
	Fornecedores (Nota 12)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)		Fornecedores (Nota 12)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	486.974,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	343.489,52 €	0,00 €	0,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	356.576,49 €	730.000,00 €	520.949,81 €	0,00 €	356.576,49 €	30.000,00 €	259.155,55 €
HIDC - Hidro Investimentos do Centro	0,00 €	0,00 €	1.442.213,59 €	331.290,07 €	0,00 €	0,00 €	2.977.348,19 €
Hidrotec, Tecnologia da Água, S.L.U.	0,00 €	0,00 €	409,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	1.245.000,00 €	37.039,89 €	0,00 €	0,00 €	645.000,00 €	15.809,10 €
Total	843.551,24 €	1.975.000,00 €	2.000.612,61 €	331.290,07 €	700.066,01 €	675.000,00 €	3.252.312,84 €

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2016			Ano 2015	
	Fornecimento de serviços externos (Nota 16)	Outros gastos (Nota 19)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	Fornecimento de serviços externos (Nota 16)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	134.833,19 €	0,00 €	0,00 €	103.467,46 €	0,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	151.903,26 €	9.530,44 €	13.088,62 €	9.631,58 €	867,38 €
HIDC - Hidro Investimentos do Centro	76.585,75 €	0,00 €	0,00 €	1.245.699,13 €	0,00 €
Hidrotec, Tecnologia da Água, S.L.U.	2.455,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	4.163,76 €	38.390,34 €	0,00 €	15.809,10 €
Total	385.778,15 €	13.694,20 €	51.478,98 €	1.358.798,17 €	18.676,48 €

12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Passivo não corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Financiamentos bancários (MLP)	0,00 €	1.000.000,00 €
Financiamentos Concedidos Grupo		
FCC Aqualia, S.A.	1.245.000,00 €	0,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	730.000,00 €	0,00 €
Total	1.975.000,00 €	1.000.000,00 €
Passivo corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Financiamentos bancários	1.000.000,00 €	1.000.000,00 €
Descobertos bancários	850.000,00 €	400.000,00 €
Financiamentos Concedidos Grupo		
FCC Aqualia, S.A.	0,00 €	645.000,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	0,00 €	30.000,00 €
Total	1.850.000,00 €	2.075.000,00 €

Nota: Os valores constantes da rubrica dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras são referentes a um empréstimo de curto prazo no montante de 1 milhão de euros e a uma linha de crédito no montante de 1 milhão de euros.



Handwritten notes in blue ink: "An", "H", "H", "m", and a signature.

Os financiamentos concedidos pelo Grupo em 2015 figuravam no Passivo Corrente, tendo em 2016 sido considerados no Passivo não Corrente (MLP) devido à sua exigência de pagamento ser superior a 1 ano.

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de fornecedores e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Fornecedores		
Fornecedores C/C	95.934,96 €	205.401,49 €
Partes relacionadas (Nota 11)	843.551,24 €	700.066,01 €
Total	939.486,20 €	905.467,50 €

	Ano 2016	Ano 2015
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	28.056,47 €	22.764,80 €
Fornecedores de investimentos (nota 11)	1.442.213,59 €	3.026.743,97 €
Credores por acréscimos de gastos	227.092,55 €	126.643,84 €
Devedores e credores diversos	512.327,03 €	259.056,51 €
Total	2.209.689,64 €	3.435.209,12 €

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital totalmente subscrito e realizado era composto por 100.000 ações com o valor nominal de 5 Euro cada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de junho de 2016, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 203.423,71 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 10.171,19 Euros e o remanescente para a rubrica de outras reservas.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 15 de abril de 2015, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 63.866,21 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 3.193,31 Euros e o remanescente para a rubrica de outras reservas.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 7 de julho de 2014, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de -75.428,99 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.



Handwritten notes and signatures in blue ink.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Vendas e Serviços prestados	2.026.267,47 €	2.032.621,45 €
Subcontratos (2)	97.085,75 €	1.249.698,13 €
Total	2.123.353,22 €	3.282.319,58 €

(2) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Matérias-primas		
Existências iniciais	0,00 €	0,00 €
Compras	0,00 €	24.363,84 €
Regularização de existências	0,00 €	0,00 €
Existências finais	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	24.363,84 €

Em 2016 o valor é nulo visto que reclassificámos o montante para a rubrica de FSE visto que o mesmo se referia a “Materiais”.

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Subcontratos (2)	97.085,75 €	1.304.106,00 €
Serviços especializados	406.106,88 €	420.848,55 €
Materiais	41.813,20 €	8.243,09 €
Energia e fluidos	251.638,77 €	266.195,46 €
Deslocações, estadas e transportes	1.779,94 €	6.684,62 €
Serviços diversos	141.574,78 €	146.396,49 €
Total	939.999,32 €	2.152.474,21 €

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 365.778,15 euros e 1.358.798,17 euros, respetivamente (Nota 11).



Handwritten signatures and initials in blue ink.

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Remunerações	157 820,27 €	186 808,03 €
Encargos sociais	34 874,05 €	41 138,78 €
Seguros de acidentes de trabalho	6 203,55 €	9 907,22 €
Gastos de ação social (SHT)	2.892,03 €	986,09 €
Outros gastos com o pessoal	755,80 €	1 474,28 €
Total	202.545,70 €	240.314,40 €

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2016 de 14 pessoas.

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Rendimentos suplementares	42,98	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	48,51	0,00
Outros rendimentos	1 320,87 €	1 433,89 €
Total	1.412,36 €	1.433,89 €

20. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Impostos e taxas	16.425,45 €	22 487,77 €
Donativos	750,00 €	0,00 €
Serviços bancários	29.337,21 €	15 330,15 €
Sinistros e franquias	1.789,74 €	0,00 €
Insuficiência da estimativa para impostos	1.976,78 €	0,00 €
Dívidas incobráveis	7.594,41 €	0,00 €
Outros gastos	125,00 €	1.340,40 €
Total	57.998,59 €	39.161,32 €



21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2016	Ano 2015
A tivos fixos tangíveis		
Equipamento básico	4 586,52 €	5 396,71 €
Equipamento administrativo	205,82 €	2 185,52 €
A tivos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	337.152,79 €	337 289,10 €
Total	341.945,13 €	344.871,33 €

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	209.691,00 €	217.782,07 €
Total	209.691,00 €	217.782,07 €
Resultados financeiros	(209.691,00) €	(217.782,07) €

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde está sediada. No Município de Abrantes, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

No exercício de 2016, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.



Handwritten notes in blue ink: "4", "H", "4", and a signature.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Em 2014, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis ("PFR"). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme se apresenta de seguida:

	Ano 2016	Ano 2015
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	277.295,53 €	200.869,05 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	337.152,79 €	328.367,15 €
Donativos	750,00 €	0,00 €
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	86.120,88 €	61.568,06 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	0,00 €	0,00 €
Correcções relativas a períodos anteriores (PHC e retenções)	125,00 €	3,00 €
Outros custos a acrescentar (Mapas km's e insuficiência estimativa 2015)	7.936,58 €	9.093,26 €
Créditos incobráveis	7.594,41 €	0,00 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(331.895,58) €	(325.798,76) €
Reversão imparidade	(7.594,41) €	(8.440,13) €
Lucro tributável	377.485,21 €	265.661,64 €
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
Matéria coletável	377.485,21 €	265.661,64 €
Coleta	78.671,89	55.188,94
Pagamento especial por conta	318,82	0,00
Retenções na fonte	0,00	0,00
Pagamento por conta	54.182,22	7.045,80
IRC a pagar/recuperar	24.170,85	48.143,14
Derrama	5.662,28	3.984,92
Tributações autónomas	1.786,71	2.394,20
Total a pagar/recuperar	31.619,85	54.522,26
Imposto corrente do exercício	86.120,89	61.568,06
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(1.182,87) €	(2.554,66) €
Imposto do exercício	84.938,02 €	59.013,40 €
Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo	363.416,41	262.437,11
Imposto diferido ativo (2741/8122)	1.182,87	2.554,66
Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado	(84.938,02)	(59.013,40)
Resultado após impacto do imposto diferido ativo	278.478,40	203.423,71



24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Ativos contingentes

À data de 31 de dezembro de 2016, não existiam na Abrantaqua ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se no período em questão.

Passivos contingentes, garantias e compromissos

Foram prestadas pelas entidades, referidas no quadro seguinte, garantias bancárias à Câmara Municipal de Abrantes, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2016	Ano 2015
FCC Aqualia, S.A.	462.640,80 €	462.640,80 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	308.427,20 €	308.427,20 €
Total	771.068,00 €	771.068,00 €

25. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Rentlei no ano 2015, pelo período de 36 e 60 meses.

Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 62.895,24 Euros.

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos relevantes que justifiquem a sua divulgação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signature and initials in black and blue ink.



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANÇO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ABRANTAQUA – SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DE ABRANTES, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 8.518.675 euros e um total de capital próprio de 1.044.818 euros, incluindo um resultado líquido de 278.478 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ABRANTAQUA – SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DE ABRANTES, S.A. em 31-12-2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas



de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais

Lisboa, 19 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERPAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTAVIO CARVALHO VILACA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação das contas da *ABRANTAQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DE ABRANTES, S.A.*, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa. Para o efeito, o Conselho de Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, completado o exame das contas com vista à sua certificação legal.
4. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos no número anterior, designadamente o que se contém na Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove os documentos de prestação das contas do exercício de 2016, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 19 de abril de 2017

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056